

TERMO DE REFERÊNCIA

SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de 2 (duas) licenças anuais do software Canva, para uso por equipes com a seguinte composição de usuários:

ITEM	Descrição	Qtd. Licença	Qtd. Usuários /Equipe
1	Licença de uso do software CANVA, mediante assinaturas anuais do plano para EQUIPES (3 usuários)	1	3
2	Licença de uso do software CANVA, mediante assinaturas anuais do plano para EQUIPES (7 usuários)	1	7

1.1. O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima – art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021).

1.2. A compra enquadra-se no seguinte tipo:

- ☒ Compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras
- ☐ Compra imediata com obrigações futuras
- ☐ Compra sob demanda (com prazo certo, não continuado)
- ☐ Fornecimento contínuo (compra sob demanda, mas continuada).

1.3. Os bens a serem adquiridos são:

- ☐ Itens de patrimônio
- ☒ Itens de consumo
- ☐ Patrimônio e Consumo

1.4. prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, a contar do empenho da despesa.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar, em razão de a contratação se enquadrar no inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021

2.2. Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☐ O produto CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constantes.

☐ O produto CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.

■ O produto NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

2.3. Marca(s) ou modelo(s)

☐ Não há indicação de marca/modelo (regra).

☐ Há indicação de marca/modelo como parâmetro de qualidade.

■ Há indicação de marca/modelo.

- **Licenças Software Canva Para Equipes**

A plataforma Canva já é utilizada por alguns setores da Instituição e possibilita a criação de forma fácil e simples de apresentações, convites, materiais e conteúdos com o objetivo de divulgar ações e programas institucionais com baixo valor de investimento.

☐ Existem marcas pré-aprovadas em processo de pré-qualificação (art. 6º, XLIV e art. 80, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21).

2.4. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕE A SOLUÇÃO

Os objetos que se pretende contratar deverão conter as seguintes características:

2.4.1. As assinaturas do software Canva para Equipes deverão ser válidas por períodos de 12 meses a contar da entrega;

2.4.2. As licenças deverão ser registradas junto ao fabricante;

2.4.3. O software licenciado pelas assinaturas deverá ser compatível com sistemas operacionais Windows 11 (64 e 32 bits) e Windows 10 (64 e 32 bits);

2.4.4. As assinaturas deverão possibilitar o uso da versão mais recente do software;

2.4.5. As atualizações de versões de todos os componentes do software deverão ser automáticas, e aplicadas assim que estejam disponíveis, por todo o período de vigência das assinaturas;

2.4.6. As assinaturas deverão licenciar o software para uso corporativo em ambiente governamental;

2.4.7. As assinaturas deverão licenciar o uso do software para equipe de usuários, sem nenhum custo adicional, por todo o período da contratação e deverão possuir, no mínimo, as seguintes quantidades de membros em cada equipe:

Item	Qtd. Licença	Qtd. Membros/Equipe
1	1 Licença Canva para equipes	3
2	1 Licença Canva para equipes	7

2.4.8. As assinaturas deverão incluir garantia e suporte para instalação e operação do software, por todo o período da contratação e da vigência das assinaturas.

- 2.4.9. Junto com as assinaturas deverão ser entregues, por meio digital, todos os manuais e documentos técnicos atualizados, em língua portuguesa ou inglesa, necessários para instalação e operação do software.

3. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Necessidade de disponibilizarmos ferramenta para produção de materiais gráficos assim distribuída:

- a) - Renovação de 1 (uma) licença para equipe de 3 usuários atualmente utilizada pelo Gabinete de Comunicação Social;
- b) - Contratação adicional de 1 (uma) licença para uso por 7 (sete) usuários, distribuídos entre os seguintes setores: Núcleo de Audiovisual, Memorial do MPRS, CEAF, LABS e a Unidade de Apoio ao Usuário

Trata-se de um recurso facilitado para produção de materiais gráficos, especialmente pelos servidores que não possuem formação em design, ampliando o repertório de atuação das equipes na elaboração de conteúdo para redes sociais, materiais de divulgação de cursos, relatórios apresentações e eventos.

4.1. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA INSTITUIÇÃO (ESTRATÉGICO/TI E PCA)

Esta contratação está incluída na previsão orçamentária do item 429 do orçamento da DTIC para 2025.

4.2. ESTIMATIVA DA DEMANDA

Aquisição integral do objeto relacionado abaixo:

Item	Qtd. Licença	Qtd. Membros/ Equipe
1	1 Licença Canva para equipes Gabinete de Comunicação Social	3
2	1 Licença Canva para equipes Para uso pelos seguintes setores: Núcleo de Audiovisual, Memorial do MPRS, CEAF, LABS e a Unidade de Apoio ao Usuário	7

Esta quantidade destina-se, integralmente, para atender a demanda existente, conforme levantamento feito pela Unidade de Apoio ao Usuário, constante do PGEA 01359.000.027/2025.

4.3. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

☐ Há parcelamento do objeto.

☒ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

Considerando tratar-se de item em pequena quantidade e valor, entendemos não ser possível haver parcelamento da solução, pois o fornecedor perderia o pequeno ganho em escala existente, além do que os custos de gestão da contratação aumentariam.

4.4. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Manutenção da continuidade de uso do software Canva para Equipes pelo Gabinete de comunicação, com as atualizações que se vierem a ser disponibilizadas pelo fabricante

Ampliar o repertório de atuação de Servidores Núcleo de Audiovisual, Memorial do MPRS, CEAf, LABS e a Unidade de Apoio ao Usuário na elaboração de conteúdo para redes sociais, materiais de divulgação de cursos, relatórios apresentações e eventos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. REQUISITOS DO NEGÓCIO

5.1.1. Não serão aceitos itens que não atendam fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável.

5.1.2. As licenças deverão possuir o registro junto ao fabricante em conformidade com as especificações constantes no item 2.4.

5.2. REQUISITOS LEGAIS

☒ Foram verificadas e não existem para o objeto

☐ Foram verificadas e são as seguintes:

5.3. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

O software não requer novas capacitações.

5.4. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

A Contratada deverá disponibilizar, automaticamente, atualização e suporte durante o período de vigência da licença, sem ônus para a Contratante.

5.5. REQUISITOS TEMPORAIS

5.5.1. O prazo para entrega dos bens adquiridos é de até 10 dias após a emissão da ordem de fornecimento.

5.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA

Não se aplicam

5.7. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

5.7.1. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

☐ Foram adotados

☒ Não foram adotados

Considerando as características do objeto (licenças virtuais) não se vislumbra práticas de sustentabilidade para o caso concreto.

5.8. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

Não se aplicam

5.9. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

Não se aplicam

5.10. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

Não se aplicam.

5.11. REQUISITOS DE GARANTIA DO OBJETO

5.11.1. Garantia/assistência técnica contratual

■ O prazo de garantia é o estabelecido na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), de 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis.

□ Há prazo complementar à garantia legal.

5.11.2. Não havendo qualquer manifestação da contratada no prazo, a contratante providenciará a substituição ou conserto do bem e cobrará o valor da empresa.

5.12. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Não se aplicam

5.13. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

Não se aplicam

5.14. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

5.14.1. As novas licenças e os dados de acesso aos serviços de suporte e de atualizações de software deverão ser encaminhados para o e-mail adi@mprs.mp.br, no prazo de até 10 dias corridos a contar da emissão da ordem de fornecimento.

5.14.2. O recebimento definitivo se dará em até 10 dias após o recebimento provisório.

5.15. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Não se aplicam

5.16. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

5.17. OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

Não se aplicam

5.18. As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) manter preposto aceito pela Administração;
- j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO

Não se aplicam

7.2. QUANTIDADES MÍNIMAS

Não se aplicam

7.3. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7.5. SUBCONTRATAÇÃO:

É vedada a subcontratação

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

8.1. FORMALIZAÇÃO:

☒ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato

☐ Contrato

8.2. ORDEM DE SERVIÇO:

☒ Uma ordem de serviço para todo o contrato

☐ Várias ordens de serviço, sob demanda, durante a execução do contrato

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.3.1. A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal, que acumula as funções de gestor e fiscal.

8.3.2. Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

- a) A Fiscalização será exercida pela Unidade de Apoio ao Usuário da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação do MPRS, por intermédio do servidor Adriano de Castro Silveira e, como substituto, pelo Servidor Cláudio Avila da Silva, , ambos com o endereço na Av. Andrade Neves, 106, 13º andar - Porto Alegre/RS. Fone 51-3295-1370 (apoio@mprs.mp.br)

8.3.3. O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.3.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.3.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotará no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas.

8.4. SANÇÕES

8.4.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.4.2. A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Não haverá avaliação da execução por instrumento de medição de resultado (IMR).

9.2. RECEBIMENTO

9.2.1. Haverá recebimento do Objeto conforme abaixo:

- a) **Provisoriamente**, no prazo de até 5 (cinco) dias da data da entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e o devido registro junto ao portal do fabricante;
- b) **Definitivamente**, no prazo de até 10 dias após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.2.1.1. O recebimento definitivo será realizado após a verificação da qualidade e quantidade dos itens entregues e consequente aceitação, mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) verificar documento dos fiscais técnicos e requisitantes, acerca do cumprimento das obrigações;

9.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

9.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.3. PAGAMENTO

9.3.1. Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

9.3.1.1. A Nota fiscal deverá ser enviada:

- a) Aos cuidados de: Unidade de Apoio Administrativo - Informática
- b) Endereço de e-mail: nf-adi@mprs.mp.br
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: (51) 3295-8311

9.3.1.2. O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

9.3.1.3. A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida.

9.3.1.4. A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

- 9.3.1.5. Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.
- 9.3.1.6. Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).
- 9.3.1.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.3.2. Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

- ☒ Não
- ☐ Sim.

9.3.3. O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo do objeto.

9.3.4. Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

9.3.5. O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

9.3.6. Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

9.3.7. O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

9.4. REAJUSTE

9.4.1. Os preços propostos poderão serão reajustados na proporção da variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado. .

9.4.2. Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se feito).

9.4.3. O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10. PROTEÇÃO DE DADOS

- ☒ O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).
- ☐ O objeto do contrato envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

11. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. FORMA DE SELEÇÃO

- ☒ Licitação
- ☐ Aviso de contratação direta (contratação direta com disputa - art. 75, inc. I e II)
- ☐ Contratação direta (dispensa e inexigibilidade, sem disputa)

11.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço global

11.2.1. Considerando que os dois itens descritos neste Termo de Referência referem-se à mesma solução tecnológica – Licença de uso do software Canva, mediante assinaturas anuais do plano para equipes – e que se diferenciam exclusivamente quanto ao número de usuários por licença, adota-se o critério de menor preço global, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.2. Tal escolha visa assegurar a uniformidade da contratação, a compatibilidade técnica entre os usuários e a economia de escala, além de simplificar o julgamento das propostas. Trata-se, portanto, de itens inseparáveis e interdependentes, que integram a mesma solução contratual, razão pela qual não se justifica a adjudicação por item.

11.3. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:
 - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

11.4. EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

11.4.1. Amostra

- ☒ Não será exigida amostra.

- ☐ Será exigida amostra.

11.4.2. Catálogo

- ☒ Não será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.

- ☐ Será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.

11.4.3. Carta de Solidariedade

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade

- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor)

11.4.4. Laudos e Declarações

- ☒ Não serão exigidos laudos e declarações.

- ☐ Serão exigidos laudos e declarações.

11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- ☒ Não será exigida qualificação técnica

- ☐ Será exigida qualificação técnica

11.5.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

- ☐ Certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.

- ☐ Visita técnica ou vistoria.

- ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

- ☐ Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial.

- ☐ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11.5.2. Qualificação técnica do subcontratado

- ☒ Não haverá

- ☐ Haverá.

11.6. CONSÓRCIO

- Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

11. ESTIMATIVA DO VALOR

Os valores estimados para esta aquisição é o relacionado abaixo e deverá ser publicizado.

ITEM	Descrição	Qtd	PREÇO MÉDIO
1	Licença de uso do software CANVA, mediante assinaturas anuais do plano PARA EQUIPES (3 usuários)	1	R\$ 2.080,84
2	Licença de uso do software CANVA, mediante assinaturas anuais do plano PARA EQUIPES (7 usuários)	1	R\$ 4.855,29
TOTAL			R\$ 6.936,13